



Itaúnas – Interligação Elétrica Itaúnas S.A.

**Demonstrações financeiras individuais em IFRS,
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de
2018, preparadas de acordo com os pronunciamentos
técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos
Contábeis (CPC)**

ÍNDICE

Desempenho econômico financeiro.....	3
Balanços patrimoniais.....	5
Demonstrações do resultado do exercício.....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	
1. Contexto operacional.....	10
2. Apresentação das demonstrações financeiras.....	10
3. Principais práticas contábeis.....	12
4. Normas e interpretações novas e revisadas e ainda não adotadas.....	18
5. Caixa e equivalentes de caixa.....	19
6. Aplicações financeiras.....	19
7. Ativo de concessão.....	20
8. Intangível.....	20
9. Tributos e encargos sociais a recolher.....	21
10. Contas a pagar.....	21
11. PIS e COFINS diferidos.....	21
12. Patrimônio líquido.....	21
13. Receita operacional líquida.....	23
14. Custo de implementação da infraestrutura e despesas gerais administrativas	24
15. Resultado financeiro.....	24
16. Imposto de renda e contribuição social.....	25
17. Transações com partes relacionadas.....	26
18. Instrumentos financeiros.....	26
Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras.....	28

Itaúnas – Interligação Elétrica Itaúnas S.A.
Desempenho econômico – financeiro
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Análise do resultado do exercício de 2018 em comparação com o exercício de 2017:

O exercício de 2018 apresentou uma variação no lucro líquido de R\$1.796 em comparação ao do ano anterior com prejuízo R\$182 mil.

A **receita operacional líquida** teve aumento em comparação ao exercício anterior e é composta pelas seguintes variações:

	2018	A.V. %	2017	A.V. %	Variação 2018/2017 %
Receita de infraestrutura	39.379	96,0	5.944	102,1	562,5
Remuneração dos ativos de concessão	3.191	7,8	101	1,7	3.059,4
Tributos sobre a receita	(1.554)	(3,8)	(221)	(3,8)	603,2
Receita operacional líquida	41.016	100	5.824	100	604,3

(i) As **receitas de infraestrutura** totalizaram R\$39.379 mil em 2018, comparada com R\$5.944 mil em 2017, refletindo o avanço dos investimentos na implementação da infraestrutura na Subestação João Neiva 2.

(ii) A **remuneração dos ativos de concessão** somou R\$3.191 mil em 2018, comparada aos R\$101 mil em relação a 2017 devido a atualização do ativo de concessão no montante de R\$3.885 mil.

A adoção do CPC nº 47 – Receita de Contrato com Cliente, gerou um impacto negativo de R\$795 mil no ano, em decorrência da variação da taxa de desconto utilizada, uma vez que a Administração da Companhia adotou a taxa que precifica o componente financeiro, e anteriormente utilizava uma taxa efetiva de juros (TEJ).

(iii) Os **tributos sobre a receita** operacional atingiram R\$1.554 mil em 2018 contra R\$221 mil em 2017 o que acompanha o aumento da receita de implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos da concessão compensados em parte pelo impacto da adoção do CPC 47, no montante de R\$29 mil.

Os **custos de implementação da infraestrutura** totalizaram R\$37.942 mil em 2018 frente aos R\$5.727 mil em 2017 e estão em linha com a variação da receita de infraestrutura, com concentração em materiais devido ao avanço na fase de construção.

	Custo de implementação da infraestrutura	
	2018	2017
Serviços de terceiros	(4.608)	(4.052)
Materiais	(30.603)	(1.675)
Servidão	(1.089)	-
Terrenos	(1.642)	-
	(37.942)	(5.727)

As **despesas gerais administrativas** totalizaram R\$143 mil em 2018 comparada com R\$101 mil em 2017, não apresentando variação significativa.

O **resultado financeiro** atingiu R\$263 mil de receita financeira em 2018 e R\$8 mil em 2017, tendo como principal motivo a obtenção de desconto por antecipação de pagamento a fornecedor.

Itaúnas – Interligação Elétrica Itaúnas S.A.

Desempenho econômico – financeiro

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

O **imposto de renda** e a **contribuição social** atingiu R\$1.398 mil em 2018 em comparação com R\$186 mil em 2017 devido principalmente aos impostos diferidos de R\$1.335 mil incidentes sobre a receita de infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, registradas como ativo contratual, compensados em parte pelos impostos diferidos sobre o impacto da adoção do CPC 47 no montante de R\$24 mil (nota 3.14).

Itaúnas – Interligação Elétrica Itaúnas S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

ATIVO	Nota	2018	2017
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	11	1
Aplicações financeiras	6	-	2.279
Tributos e contribuições a compensar		3	1
		14	2.281
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Ativo de concessão - financeiro	7	-	6.045
Ativo de concessão - contratual	7	48.571	-
		48.571	6.045
Intangível	8	145	90
		145	90
		48.716	6.135
Total do ativo		48.730	8.416
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores		315	375
Tributos e encargos sociais a recolher	9	32	231
Contas a pagar	10	54	85
		401	691
Não circulante			
Exigível a longo prazo			
PIS e COFINS diferidos	11	1.773	221
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16 (b)	1.496	186
		3.269	407
Patrimônio líquido			
Capital social	12 (a)	43.487	7.500
Reservas de lucros	12 (c)	1.573	(182)
		45.060	7.318
Total do passivo e do patrimônio líquido		48.730	8.416

Itaúnas – Interligação Elétrica Itaúnas S.A.

Demonstrações do resultado do exercício

Exercício e período de 11 meses e 18 dias findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita operacional líquida	13.1	41.016	5.824
Custo de implementação da infraestrutura	14	<u>(37.942)</u>	<u>(5.727)</u>
Lucro bruto		<u>3.074</u>	<u>97</u>
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e administrativas	14	<u>(143)</u>	<u>(101)</u>
		<u>(143)</u>	<u>(101)</u>
Lucro (prejuízo) antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro		2.931	(4)
Receitas financeiras	15	270	16
Despesas financeiras	15	<u>(7)</u>	<u>(8)</u>
		<u>263</u>	<u>8</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.194	4
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	16 (a)	(87)	-
Diferido	16 (a)	<u>(1.311)</u>	<u>(186)</u>
		<u>(1.398)</u>	<u>(186)</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		<u>1.796</u>	<u>(182)</u>

Itaúnas – Interligação Elétrica Itaúnas S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercício e período de 11 meses e 18 dias findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	1.796	(182)
Total dos resultados abrangentes do exercício	<u>1.796</u>	<u>(182)</u>

Itaúnas – Interligação Elétrica Itaúnas S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício e período de 11 meses e 18 dias findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucros a realizar	Lucro (prejuízo) acumulado	Total
Em 31 de dezembro de 2016		-	-	-	-	-	-
Integralização de capital		7.500	-	-	-	-	7.500
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(182)	(182)
Em 31 de dezembro de 2017		7.500	-	-	-	(182)	7.318
Integralização de capital	12 (a)	35.987	-	-	-	-	35.987
Adoção CPC 47, efeito em 1º de janeiro de 2018		-	-	-	-	(41)	(41)
Absorção da reserva de retenção de lucros, adoção CPC 47		-	-	(41)	-	41	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	1.796	1.796
Destinação do lucro:		-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	12 (c)	-	90	-	-	(90)	-
Constituição da reserva de lucros a realizar	12 (c)	-	-	-	427	(427)	-
Constituição da reserva de retenção de lucros	12 (c)	-	-	1.097	-	(1.097)	-
Em 31 de dezembro de 2018		43.487	90	1.056	427	-	45.060

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itaúnas – Interligação Elétrica Itaúnas S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício e período de 11 meses e 18 dias findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	1.796	(182)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
Amortizações (notas 8 e 14)	22	-
PIS e COFINS diferidos	1.555	221
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 16)	1.311	186
	<u>4.684</u>	<u>225</u>
(Aumento) diminuição de ativos		
Ativo de concessão – financeiro	-	(6.045)
Ativo de concessão – contratual	(42.569)	-
Tributos e contribuições a compensar	(2)	(1)
	<u>(42.571)</u>	<u>(6.046)</u>
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	(61)	375
Tributos e encargos sociais a recolher	(199)	231
Contas a pagar (nota 10)	(32)	85
	<u>(292)</u>	<u>691</u>
Caixa líquido originado das atividades operacionais	<u>(38.179)</u>	<u>(5.130)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	2.279	(2.279)
Intangível (nota 8)	(77)	(90)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos	<u>2.202</u>	<u>(2.369)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital (nota 12 (a))	35.987	7.500
Caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades de financiamentos	<u>35.987</u>	<u>7.500</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>10</u>	<u>1</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>11</u>	<u>1</u>
Varição em caixa e equivalentes de caixa	<u>10</u>	<u>1</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itaúnas – Interligação Elétrica Itaúnas S.A.

Notas explicativas às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto Operacional

1.1 Objeto social

A Interligação Elétrica Itaúnas S.A. (“Companhia”) é uma sociedade de capital privado, controlada pela CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP”, “ISA CTEEP”, “controladora”), constituída em 13 de janeiro de 2017, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividade principal a transmissão de energia elétrica, que requer o planejamento, a implementação da infraestrutura e a operação e manutenção de sistemas subordinados a transmissão, linhas, subestações, centros de controle e respectiva infraestrutura, incluindo os serviços de apoio e administrativos, o provimento de equipamentos e materiais de reserva, as programações, as medições e os demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos conforme contrato de concessão.

1.2 Concessões

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente, o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato	Prazo (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica		Índice de correção	Receita Anual Permitida - RAP	
			Prazo	Próxima		R\$ mil	Mês Base
018/2017	30	10.02.47	5 anos	2022	IPCA	47.200	Rap ofertada

Contrato nº 018/2017

Composto pela linha de transmissão 345 kV Viana 2 – João Neiva 2, com 79 km; e pela Subestação 345/138 kV João Neiva 2. O projeto, em fase de construção, está localizado no Espírito Santo.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 29 de março de 2019.

Itaúnas – Interligação Elétrica Itaúnas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”).

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos: contabilização dos contratos de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação das receitas de infraestrutura e de operação e manutenção, definição da taxa de juros de desconto do ativo contratual, constituição de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas.

- Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual.

- Momento de reconhecimento do ativo contratual

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

- Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

- Determinação das receitas de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos.

Itaúnas – Interligação Elétrica Itaúnas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- Determinação das receitas de operação e manutenção

Após a entrada em operação, quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços.

2.4 Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em consonância com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a Companhia está obrigada a divulgar as Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCR) que apresenta o conjunto completo de demonstrações financeiras para fins regulatórios e será apresentada de forma independente das presentes demonstrações financeiras societárias.

Essas DCR são auditadas pela mesma empresa que auditou as demonstrações financeiras para fins societários, e conforme determinado no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) e Despacho nº 4.356, de 22 de dezembro de 2017 emitidos pela ANEEL e deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico daquela Agência e da Companhia até o dia 30 de abril de 2019.

3 Principais práticas contábeis

3.1 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.2 Reconhecimento de receita

A Companhia aplicou o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente a partir de 1º de janeiro de 2018. Informações adicionais sobre as práticas contábeis da Companhia relacionadas ao efeito da aplicação inicial do CPC 47, e estão descritas na nota 3.7 e 3.14.

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

(a) Receita de infraestrutura

Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra.

(b) Remuneração dos ativos de concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

Itaúnas – Interligação Elétrica Itaúnas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(c) Receita de operação e manutenção

Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

3.3 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

São apurados com base no regime de lucro presumido observando-se as alíquotas de presunção vigentes que incidem sobre a RAP e demais receitas. As alíquotas de imposto de renda são de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. A Companhia optou pelo regime de lucro presumido a partir de 2018.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

3.4 Impostos e taxas regulamentares sobre a receita

(a) Impostos sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

3.5 Instrumentos financeiros

A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

(a) Ativos financeiros

(i) Classificação e mensuração

Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

- *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado*

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Itaúnas – Interligação Elétrica Itaúnas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

- *Custo Amortizado*

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e do ativo contratual (*impairment*)

O CPC 48 substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

Conforme CPC 47, a entidade deve avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o CPC 48. A redução ao valor recuperável de ativo de contrato deve ser mensurada, apresentada e divulgada da mesma forma que um ativo financeiro que esteja dentro do alcance do CPC 48.

Em 31 de dezembro de 2018 não há indícios de perda por redução ao valor recuperável.

(ii) Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.6 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

Itaúnas – Interligação Elétrica Itaúnas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3.7 Ativo de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em:

(a) Ativo de Concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica “Serviços de O&M”, passarão a ser considerados ativo financeiro a custo amortizado.

(b) Ativo de Concessão - contratual

A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto; e (ii) atualizado pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não

Itaúnas – Interligação Elétrica Itaúnas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo, através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, classificados como um ativo contratual, por terem o direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta “Impostos Diferidos” no passivo não circulante.

3.8 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida: (i) ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. (ii) ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

3.9 Arrendamentos

A Companhia como arrendatária

- *Arrendamentos operacionais*

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática for mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.10 Demais ativos circulante e não circulante

São apresentados pelo seu valor líquido de realização.

Perdas esperadas para redução do valor contábil ao valor recuperável são constituídas por valores considerados de improvável realização dos ativos na data dos balanços patrimoniais.

3.11 Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.12 Segmento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão.

No entendimento da administração da Companhia, embora reconheça receita para as atividades de

Itaúnas – Interligação Elétrica Itaúnas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

3.13 Demonstração dos fluxos de caixa (“DFC”)

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

3.14 Principais mudanças nas políticas contábeis

A Companhia adotou os novos pronunciamentos e interpretações novas e/ou revisadas pelo CPC, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, que são:

- **CPC nº47 – Receita de Contrato com Cliente**

Na adoção do CPC 47, a Companhia aplicou o método do efetivo cumulativo, não reproduzindo os efeitos deste CPC para o exercício comparativo de 2017. Os ajustes dos saldos contábeis em função da adoção inicial foram registrados em lucros acumulados.

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com referido CPC, a receita reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia avaliou suas operações à luz das novas normas contábeis, e conforme descrito no item 3.7, concluiu que a atividade de implementação da infraestrutura é afetada pelo novo CPC, uma vez que o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de outra obrigação de desempenho. Como consequência da aplicação do CPC 47, o Ativo de concessão de Implementação da Infraestrutura, até então, classificado como ativo financeiro, e cujo saldo totalizava R\$6.045 em 1º de janeiro de 2018 passa a ser classificado como ativo contratual, no montante de R\$48.571. A diferença dos critérios de mensuração, no montante de R\$41 foi contabilizada diretamente em lucros acumulados, líquido dos efeitos tributários.

- **CPC nº48 – Instrumentos financeiros**

O CPC 48 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de *hedge*.

A Companhia adotou a nova norma e com base no advento da adoção inicial simplificada, utilizou-se da isenção de não apresentação de informações comparativas dos períodos anteriores.

A tabela a seguir resume o impacto, líquido de impostos, da adoção do CPC 47 sobre lucros acumulados em 1º de janeiro de 2018:

	Impacto na adoção do CPC 47 em 1º de janeiro de 2018
Lucros acumulados	
Ativo contratual	(43)
Impostos diferidos	2
Impacto em 1º de janeiro de 2018	(41)

A adoção do CPC 47 e 48 gerou impacto no balanço patrimonial e demonstração de resultado da Companhia demonstrado a seguir:

Itaúnas – Interligação Elétrica Itaúnas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Balço patrimonial	Antes dos efeitos 31.12.2018	Impactos da adoção CPC 47 e 48	Apresentado 31.12.2018
Ativo			
Ativo de concessão - contratual	-	48.571	48.571
Ativo de concessão - financeiro	49.410	(49.410)	-
Ativos não impactados	159	-	159
Total do ativo	49.569	(839)	48.730
Passivo			
Passivos não impactados	401	-	401
Impostos diferidos	3.325	(56)	3.269
Total do passivo	3.726	(56)	3.670
Patrimônio líquido			
Reservas de lucros	(182)	(41)	(223)
Lucro líquido	2.538	(742)	1.796
Itens não impactados	43.487	-	43.487
Total do patrimônio líquido	45.843	(783)	45.060
Total do passivo e patrimônio líquido	49.569	(839)	48.730
Demonstração do resultado			
Receita operacional líquida	41.782	(766)	41.016
Outros	(37.822)	-	(37.822)
IR e CS	(1.422)	24	(1.398)
Lucro líquido do exercício	2.538	(742)	1.796

4 Normas e interpretações novas e revisadas e ainda não adotadas

A Companhia adotou todos os pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações emitidas pelo CPC, quando aplicável, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018.

As normas e interpretações novas e/ou revisadas pelo CPC são:

Pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

Pronunciamentos que passarão a vigorar a partir do exercício financeiro iniciado em 1º de janeiro de 2019:

CPC nº 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil – Deliberação CVM nº 787 em 21 de dezembro de 2017

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1).

A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” e arrendamentos de curto prazo.

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para pagamentos futuros e um ativo representando o direito de usar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento.

Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de amortização do ativo de direito de uso.

Itaúnas – Interligação Elétrica Itaúnas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de eventos como, mudança no prazo do arrendamento, nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos.

Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

A Companhia possui baixo volume com contratos de arrendamentos e cujos valores não são representativos, assim não espera impactos significativos nas demonstrações financeiras com a adoção do CPC 06 (R2).

ICPC 22 - IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda

Essa interpretação, vigente para exercícios financeiros a partir de 1º de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32.

A Companhia está em processo de avaliação das incertezas e não espera impactos significativos em suas demonstrações financeiras.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa e bancos	11	1
	<u>11</u>	<u>1</u>

6 Aplicações financeiras

	<u>% do CDI</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fundos de investimentos	101,30%	-	2.279
		<u>-</u>	<u>2.279</u>

Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente para controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Itaú-Unibanco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Special DI (Corp Referenciado DI incorporado pelo Special DI).

7 Ativo de concessão

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativo financeiro		
Implementação da infraestrutura (a)	-	6.045
Ativo contratual		
Implementação da infraestrutura (a)	48.571	-
	<u>48.571</u>	<u>6.045</u>
Não circulante	<u>48.571</u>	<u>6.045</u>

Itaúnas – Interligação Elétrica Itaúnas S.A.

Notas explicativas às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- (a) Implementação da infraestrutura – fluxo de recebimento de caixa esperado referente à remuneração dos investimentos de implementação de infraestrutura de transmissão de energia elétrica, descontado a valor presente, conforme descrito na nota 3.7. Inclui parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o fim do prazo da concessão (ativos reversíveis).

Movimentação do ativo de concessão:

Saldos em 2016	-
Receita de implementação da infraestrutura (nota 13.1)	5.944
Remuneração dos ativos da concessão (nota 13.1)	101
Saldos em 2017	6.045
Receita de infraestrutura (nota 13.1)	39.379
Remuneração dos ativos da concessão (nota 13.1)	3.986
Adoção CPC 47	(839)
Saldos em 2018	48.571

8 Intangível

O montante de R\$145 refere-se aos gastos incorridos na implantação do ERP-SAP, amortizados linearmente, no prazo de 5 anos.

Movimentação do intangível:

Saldo em 2016	-
Adições	90
Saldo em 2017	90
Adições	77
Amortização (nota 14)	(22)
Saldo em 2018	145

9 Tributos e encargos sociais a recolher

	2018	2017
INSS	5	-
ISS	19	177
Imposto de renda retido na fonte	1	54
Outros	7	-
	32	231

Itaúnas – Interligação Elétrica Itaúnas S.A.

Notas explicativas às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

10 Contas a pagar

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Salários	-	34
Consultorias	5	39
Outros (i)	49	12
	<u>54</u>	<u>85</u>

(i) Do saldo, o montante de R\$15 refere-se aos contratos de sublocação e compartilhamento de despesas com pessoal entre a Companhia e a Controladora CTEEP. (nota 17).

11 PIS e COFINS diferidos

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
PIS diferido	316	39
COFINS diferido	1.457	182
	<u>1.773</u>	<u>221</u>

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo de concessão apuradas sobre o ativo financeiro e contratual registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida do efetivo recebimento.

12 Patrimônio Líquido

(a) Capital social

O capital social autorizado da Companhia em 2018 é de 108.142.390, em ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$1,00.

Em 2018, a composição do capital social subscrito totaliza R\$108.142 e capital social integralizado R\$43.487 (R\$7.500 em 2017), representados por ações ordinárias.

As ações ordinárias conferem ao titular o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais.

(b) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê destinação do lucro do exercício observando a seguinte ordem (i) constituição da reserva legal; (ii) do saldo do lucro líquido, a Companhia distribuirá, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício como dividendo mínimo obrigatório.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Administração não constituiu as obrigações de pagamento dos dividendos mínimos, haja vista que a Companhia está em fase pré-operacional, a situação financeira é incompatível para o pagamento desses dividendos. Dessa forma, o valor correspondente aos dividendos mínimos foi registrado como reserva de lucros a realizar, no patrimônio líquido.

Itaúnas – Interligação Elétrica Itaúnas S.A.

Notas explicativas às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	1.796	(182)
Constituição da reserva legal	(90)	-
Absorção de prejuízo de exercícios anteriores	(182)	-
	<u>1.524</u>	<u>(182)</u>
Constituição da reserva de retenção de lucros	(1.097)	-
Constituição da reserva de lucros a realizar	(427)	-
	<u>-</u>	<u>(182)</u>

(c) **Reservas de lucro**

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Reserva legal (i)	90	-
Reserva de retenção de lucros (ii)	1.056	-
Reserva de lucros a realizar (iii)	427	-
	<u>1.573</u>	<u>-</u>

(i) **Reserva legal**

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.

(ii) **Reserva de retenção de lucros**

A Administração propõe a manutenção no patrimônio líquido do lucro retido de exercícios anteriores, em reserva de retenção de lucros, que se destina a atender ao orçamento planejado e aprovado em Assembleia Geral de Acionistas nos períodos em referência.

(iii) **Reserva de lucros a realizar**

A lei societária prevê que os dividendos mínimos que ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício poderá ser destinado a reserva de lucros a realizar, por proposta da Administração na Assembleia Geral Ordinária. Tendo em vista que a Companhia está em fase pré-operacional, não houve a realização financeira do lucro do exercício.

Itaúnas – Interligação Elétrica Itaúnas S.A.

Notas explicativas às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

13 Receita operacional líquida

13.1 Composição da receita operacional líquida

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita bruta		
Receita de implementação da infraestrutura (a) (nota 7)	39.379	5.944
Remuneração dos ativos de concessão (b) (nota 7)	<u>3.191</u>	<u>101</u>
Total da receita bruta	<u>42.570</u>	<u>6.045</u>
Tributos sobre a receita		
COFINS	(1.277)	(182)
PIS	<u>(277)</u>	<u>(39)</u>
	<u>(1.554)</u>	<u>(221)</u>
	<u>41.016</u>	<u>5.824</u>

(a) Serviços de implementação de infraestrutura e Operação e Manutenção

A receita relacionada a implementação da infraestrutura para prestação de serviços de transmissão de energia elétrica sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida conforme gastos incorridos. As receitas dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia, bem como parcela de ajuste. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

(b) Remuneração dos ativos de concessão

A receita financeira é reconhecida pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração, componente financeiro dos investimentos de transmissão, estabelecida no início do projeto.

13.2 Revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP

Em conformidade com os contratos de concessão, a cada quatro e/ou cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.

Cada contrato tem sua especificidade, mas em linhas gerais, os licitados têm sua RAP revisada por três vezes (a cada cinco anos), quando é revisto o custo de capital de terceiros. Os reforços e melhorias associados aos contratos licitados, são revisados a cada 5 anos. Também poderá ser aplicado um redutor de receita para os custos de Operação e Manutenção – O&M, para captura dos Ganhos de Eficiência Empresarial.

A revisão tarifária periódica compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

- a) da alteração dos custos de capital de terceiros previstos no Anexo VI dos referidos contratos;
- b) das receitas decorrentes de reforços e melhorias;
- c) da identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário – Outras Receitas.

As próximas revisões tarifárias periódicas da RAP estão descritas na nota 1.2.

Itaúnas – Interligação Elétrica Itaúnas S.A.

Notas explicativas às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

14 Custos de implementação da infraestrutura e despesas gerais e administrativas

			<u>2018</u>	<u>2017</u>
	<u>Custos</u>	<u>Despesas</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Pessoal	-	(15)	(15)	(34)
Serviços	(4.608)	(100)	(4.708)	(4.118)
Amortização (nota 8)	-	(22)	(22)	-
Materiais	(30.603)	-	(30.603)	(1.675)
Servidão	(1.089)	-	(1.089)	-
Terrenos	(1.642)	-	(1.642)	-
Arrendamento e aluguéis	-	(3)	(3)	-
Outros	-	(3)	(3)	(1)
	<u>(37.942)</u>	<u>(143)</u>	<u>(38.085)</u>	<u>(5.828)</u>

15 Resultado financeiro

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas		
Rendimento de aplicações financeiras	37	16
Descontos obtidos	233	-
	<u>270</u>	<u>16</u>
Despesas		
Taxas bancárias/Imposto sobre operações financeiras	(7)	(8)
	<u>(7)</u>	<u>(8)</u>
	<u>263</u>	<u>8</u>

Itaúnas – Interligação Elétrica Itaúnas S.A.

Notas explicativas às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

16 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados, conforme previsto na Lei 12.973/14.

A Companhia adota o regime de lucro presumido trimestral.

(a) Apuração do imposto de renda e contribuição social

	<u>2018</u>
Receita bruta de serviços	42.570
Presunção IRPJ 8% / CSLL 12%	3.786
Outras receitas	<u>270</u>
Base de cálculo	<u>4.056</u>
IRPJ e CSLL	(1.379)
Outros	<u>(19)</u>
Despesa com IRPJ e CSLL	<u>(1.398)</u>
Corrente	(87)
Diferido	<u>(1.311)</u>
	<u>(1.398)</u>

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de R\$1.496 (R\$186 em 2017) no passivo não circulante refere-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre os resultados da operação de implementação da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica, remuneração do ativo da concessão (ICPC 01 (R1)) e adoção do CPC 47, bem como da Instrução Normativa 1753/17, reconhecidos por competência, que são oferecidos à tributação a medida do efetivo recebimento.

Em 2017, a Companhia adotou o regime de lucro real estimativa mensal para cálculo do imposto de renda e contribuição social correntes. No entanto, para cômputo do imposto de renda e contribuição social diferidos, a Companhia adotou as alíquotas de presunção, tendo em vista que estas alíquotas pelas quais se espera que os lucros futuros serão tributados.

Itaúnas – Interligação Elétrica Itaúnas S.A.

Notas explicativas às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

17 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no exercício são como segue:

<u>Natureza da operação</u>	<u>Parte relacionada</u>	<u>2018</u>	<u>2018</u>
		<u>Passivo</u>	<u>Receita/ (Despesa)</u>
Sublocação, reembolsos e compartilhamento de pessoal	ISA CTEEP	(15)	(43)

Os saldos a pagar para partes relacionadas estão registrados na linha de contas a pagar, no passivo circulante (nota 10).

O contrato de compartilhamento de despesas de pessoal implica na alocação proporcional das despesas referentes aos colaboradores compartilhados entre a Companhia e o grupo ISA CTEEP.

O contrato de sublocação compreende a área ocupada pela Companhia no edifício sede da controladora CTEEP, bem como rateio das despesas condominiais, de manutenção, reembolso de serviços compartilhados, entre outras.

18 Instrumentos financeiros

(a) Identificação dos principais instrumentos financeiros

	<u>Nível</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativos financeiros			
<u>Valor justo através do resultado</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	2	11	1
Aplicações financeiras	2	-	2.279
<u>Custo amortizado</u>			
Contas a receber – Serviços de implementação da infraestrutura (*)	-	-	6.045
Ativo Contratual	-	48.571	-
Passivos financeiros			
<u>Custo amortizado</u>			
Fornecedores	-	315	375

(*) Após adoção do CPC 47, estes ativos passaram a ser classificados como ativo contratual.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC vigente:

Itaúnas – Interligação Elétrica Itaúnas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

(b) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

(i) **Risco de crédito** – A Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária.

(ii) **Risco de preço** – As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA, sendo parte das receitas sujeita à revisão tarifária periódica (nota 13.2).

(iii) **Risco de liquidez** – As principais fontes de caixa da Companhia são provenientes de aportes do Controlador ou captação junto a terceiros até sua entrada em operação.

* * *

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Interligação Elétrica Itaúnas S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Interligação Elétrica Itaúnas S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Interligação Elétrica Itaúnas S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a

auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Adilvo França Junior
Contador CRC 1BA021419/O-4-T-SP